

## CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES

Agência Senado



João Pedro Nascimento durante sabatina no Senado

## Presidente da CVM renuncia e Lula terá que indicar sucessor

Com a saída de João Pedro Nascimento da presidência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ocorrida no dia 18, a Presidência da República terá que indicar um nome para ocupar o cargo.

O mercado especula que a próxima pessoa a sentar na cadeira da presidência da CVM é a advogada Marina Palma Copola, que já havia sido indicada à CVM por Lula

em 2023, sendo aprovada pelo Senado em dezembro daquele ano. Marina tomou posse em janeiro de 2024 e seu mandato vai até dezembro de 2028.

Conforme previsto no regimento interno, assume interinamente o diretor Otto Lobo, que responderá pelas atribuições competentes ao presidente da autarquia, informou a CVM por meio da página oficial na internet.

## Motivos pessoais

Nascimento renunciou após três anos de exercício da função por motivos pessoais.

De acordo com o site da autarquia, seu mandato foi marcado por ações que buscaram a democratização e a modernização do mercado de capitais brasileiro.

## Currículo

João Pedro é professor universitário e doutor em direito comercial. Ele passou por vários escritórios de advocacia e atuou em processos junto à CVM, ao Banco Central e ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Não há informações sobre o seu próximo projeto.



Arquivo

## Indústria de materiais de construção tem leve alta

O faturamento das indústrias de materiais de construção cresceu 0,5% em junho, na comparação com o mês anterior, informou a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat). Na comparação com junho do ano passado, o crescimento foi de 1,1%.

A expectativa para o

setor em 2025 é de um faturamento 2,8% maior do que o registrado em 2024.

“Os dados do Índice Abramat mostram um cenário de leve retomada, impulsionado principalmente pelo desempenho dos materiais básicos. A expectativa de crescimento de 2,8% no ano demonstra resiliência do setor”, disse Paulo Engler.

## GPS brasileiro

Um grupo de especialistas vai estudar a viabilidade de o Brasil desenvolver seu próprio sistema de geolocalização por satélite. O grupo deve diagnosticar as consequências do país depender de sistemas de posicionamento, navegação e tempo controlados por outros países.

## Fundamento

Os fundamentos do PIX foram lançados em 21 de dezembro de 2018, no final do governo de Michel Temer. Atualmente alvo de ataques por parte do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, o sistema de pagamentos instantâneo foi lançado em novembro de 2020.

## Abipescas

A Associação Brasileira das Indústrias de Pescado (Abipescas) protocolou um pedido formal ao governo federal para a criação de uma linha emergencial de crédito voltada às indústrias exportadoras. O objetivo é reduzir os impactos imediatos da tarifa de 50% imposta pelos EUA.

## Restituição

O terceiro lote de restituição do IRPF 2025 estará disponível para consulta na quinta-feira (24). Esse lote contempla também restituições residuais de exercícios anteriores. O crédito bancário das 7.219.048 restituições será realizado ao longo do dia 31 de julho.



Prédio da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em Brasília: empresas estão na mira

## Por falta de FGTS, 214 mil estão na dívida ativa da União

Calote de empresas atinge 11,7 milhões de pessoas

Por Martha Imenes

Um recorte da dívida ativa da União feito pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) acende o alerta para trabalhadores que têm carteira assinada: a falta de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Segundo o levantamento, 219.337 empresas estão inscritas por inadimplência. O montante devido ultrapassa R\$ 50,4 bilhões e afeta diretamente cerca de 11,7 milhões de trabalhadores com carteira assinada, de acordo com dados de 22 de junho deste ano.

O reflexo desse cenário aparece também no Judiciário: cerca de 500 mil ações trabalhistas são movidas todos os anos apenas pela ausência do pagamento da multa de 40% do FGTS em caso de demissão sem justa causa.

O número de prejudicados pode ser ainda maior se forem considerados os empregados informais e aqueles que recebem parte do salário “por fora”. As informações são do Instituto Fundo de Garantia do Trabalhador (IFGT), que criou uma ferramenta para que o trabalhador possa verificar se a empresa está fazendo os depósitos do FGTS.

O sistema Fundo de Garantia Não Depositado (FGND) está disponível na versão para internet e pode ser acessado pelo celular. Na plataforma, é possível consultar a relação completa das empresas em débito por não realizarem os depósitos obrigatórios do FGTS. Para isso basta informar o CNPJ ou o nome completo da empresa.

Conforme o levantamento, o cenário da falta de recolhi-

mento ao FGTS é agravado por diversos fatores estruturais no mercado de trabalho. Atualmente, mais de 19 milhões de trabalhadores atuam na informalidade, sem qualquer proteção legal. Além disso, entre 1,5 e 2 milhões de pessoas trabalham como PJ ou MEI de forma irregular, com vínculos que deveriam ser formais.

Outros 10 milhões de trabalhadores recebem parte dos salários em “caixa dois”, prática que impede a correta arrecadação de tributos e direitos. Mesmo entre os que têm carteira assinada, de 8 a 10 milhões não recebem os depósitos do FGTS corretamente.

“O FGTS é um direito essencial do trabalhador, criado para protegê-lo em momentos decisivos da vida”, adverte Mario Avelino, presidente do instituto.

## São Paulo lidera ranking no Sudeste

A maior parte dessas dívidas está concentrada na Região Sudeste, onde 103.064 empresas inadimplentes acumulam R\$ 27,4 bilhões em débitos, o que representa 54,36% do total nacional, segundo o levantamento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Estima-se que aproximadamente 5,7 milhões de trabalhadores da região sejam prejudicados. O Estado de São Paulo lidera em números ab-

solutos, com 55.093 empresas devedoras, uma dívida acumulada de R\$ 17,3 bilhões e cerca de 3,4 milhões de trabalhadores atingidos.

No Nordeste, a dívida regional com o FGTS alcança R\$ 8,7 bilhões, afetando cerca de 2,7 milhões de trabalhadores. A Bahia concentra R\$ 2,3 bilhões desse montante, seguida pelo Ceará, com R\$ 1,4 bilhão.

Já na Região Sul, os débitos somam R\$ 8,5 bilhões, impac-

tando diretamente mais de 1,7 milhão de trabalhadores. O Rio Grande do Sul lidera entre os estados sulistas, com R\$ 3,6 bilhões em valores de FGTS não depositados.

Apesar da gravidade dos dados apresentados pela Fazenda Nacional, o modelo atual de fiscalização e cobrança tem se mostrado ineficaz.

Isso porque muitas empresas continuam funcionando normalmente mesmo com

## Retirada de direito básico de trabalhadores

“Quando as empresas deixam de cumprir essa obrigação, retiram dos empregados um direito básico e comprometem seu futuro. Apesar da gravidade, o atual modelo de fiscalização e cobrança tem se mostrado insuficiente. Empresas continuam operando normalmente mesmo inscritas na Dívida Ativa da União, e os trabalhadores seguem desamparados. Muitos desconhecem seus direitos e não tomam conta do seu dinheiro”, afirma.

Além da consulta à lista de devedores, o trabalhador poderá utilizar o sistema gratuitamente por 15 dias para lançar manualmente os salários de meses não depositados pela empresa ou empregador doméstico e, com base nessas informações, gerar um extrato atualizado com os valores corrigidos, incluindo juros, atualização monetária e a participação nos lucros do Fundo. Após essa fase de degustação, a mensalidade é de R\$ 9,90 e dá direito ao monitoramento de até cinco contas.

Tudo isso pode ser feito pelo celular ou computador, com acesso imediato ao saldo exato de quanto deveria estar em sua conta vinculada, consultando ou imprimindo um extrato da conta.

Com o lançamento da plataforma, explica Avelino, os trabalhadores terão meios de saber quanto têm a receber, de forma transparente e com valores atualizados. “A ferramenta representa um avanço importante no controle dos próprios direitos trabalhistas e pode ajudar milhões de brasileiros”, finaliza Avelino.

## Governo libera R\$ 20,6 bilhões do orçamento após decreto do IOF

Com a manutenção parcial do decreto que elevou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o Orçamento de 2025 terá R\$ 20,6 bilhões liberados, informaram há pouco os Ministérios da Fazenda e do Planejamento. O valor consta do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, documento enviado ao Congresso a cada dois meses que orienta a execução do Orçamento.

Em maio, o governo tinha congelado R\$ 31,3 bilhões do Orçamento. Com a decisão, o volume de recursos congelados cai para R\$ 10,6 bilhões.

Todo o dinheiro liberado vem das verbas que estavam contingenciadas, bloqueadas temporariamente para cumprir a meta de resultado primário. Embora a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 estabeleça meta de resultado primário zero (nem déficit nem



Somente no dia 30 sairá para onde vai o dinheiro

superávit), a equipe econômica considerou o limite inferior de tolerância, que permite déficit de R\$ 31 bilhões para este ano.

Apesar de liberar os recursos, o governo bloqueou R\$ 100 milhões de gastos discricionários (não obrigatórios)

para cumprir o limite de gastos do arcabouço fiscal, que prevê crescimento dos gastos até 2,5% acima da inflação para este ano. O volume de recursos bloqueados no Orçamento aumentou de R\$ 10,6 bilhões para R\$ 10,7 bilhões.

dívidas milionárias inscritas na Dívida Ativa da União, enquanto milhões de trabalhadores seguem desinformados sobre seus próprios direitos, alerta Mario Avelino.

“A nova plataforma digital busca justamente suprir essa lacuna, oferecendo transparência e informação para que o trabalhador possa acompanhar de perto o que é seu por direito e tomar providências caso identifique irregularidades”, diz.

A liberação dos R\$ 10 bilhões por órgãos e ministérios será detalhada no próximo dia 30, quando o governo publicar um decreto presidencial com os limites de empenho.

Para justificar o descontingenciamento, o relatório elevou em R\$ 27,1 bilhões a previsão de receitas líquidas (receitas federais, descontadas as transferências obrigatórias para estados e municípios). A previsão de gastos subiu R\$ 5 bilhões.

Com a combinação da elevação de receitas e de despesas, a estimativa de déficit primário em 2025 caiu de R\$ 97 bilhões para R\$ 74,1 bilhões. Esse valor considera gastos fora do arcabouço fiscal, como precatórios e créditos extraordinários. Ao considerar apenas as despesas dentro do arcabouço fiscal, a previsão de déficit primário cai de R\$ 51,7 bilhões para R\$ 26,3 bilhões.